

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.112 - SP (2019/0239781-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : SIRLEI APARECIDA DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO : HELIELTHON HONORATO MANGANELI - SP287058
AGRAVADO : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FERNANDO ANTONIO FONTANETTI E OUTRO(S) - SP021057
LUIZ GASTAO DE OLIVEIRA ROCHA - SP035365

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 258/259).

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso da recorrente, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 203/204):

Julgamento antecipado da lide Cerceamento de defesa Prolator da sentença que tinha em mãos todos os elementos necessários para que fossem apreciados os argumentos desenvolvidos no processo Prova documental produzida que era suficiente para a antecipação do julgamento da demanda Perícia contábil que é totalmente prescindível no caso em tela - Nulidade da sentença, por ofensa ao art. 5º, LV, da CF, que não pode ser decretada.

Ação de obrigação fazer c.c. repetição de indébito e indenização por danos morais Autora que admitiu haver realizado empréstimo consignado com o banco réu, mas não cartão de crédito consignado, não tendo autorizado a reserva de sua margem consignável para esse tipo de contratação - Tese ventilada pela autora que não se mostrou verossímil, ainda que a ação verse sobre consumo e seja ela hipossuficiente.

Ação de obrigação fazer c.c. repetição de indébito e indenização por danos morais Banco réu que demonstrou ter a autora firmado "Solicitação de Adesão e Reserva de Margem no Cartão de Crédito Consignado". Banco réu que comprovou ter a autora efetuado dois saques, cada qual no valor de R\$ 1.100,00, em 13.5.2016 e 18.7.2016 - Valores que foram disponibilizados na conta corrente de titularidade da autora mediante transferência bancária - Clareza do contrato sobre o seu objeto, sobre as taxas mensal e anual de juros aplicáveis ao saldo devedor do financiamento, bem como sobre a autorização para o desconto, no benefício previdenciário da autora, do valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado.

Ação de obrigação fazer c.c. repetição de indébito e indenização por danos morais Alegação de prática abusiva por parte do banco réu não atestada Saques para desconto no benefício previdenciário da autora que foram realizados em 13.5.2016 e 18.7.2016, havendo ela os questionado apenas quando do ajuizamento da ação, em 24.7.2017 Autora que fez vários empréstimos consignados em seu benefício, a evidenciar que ela tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito com reserva de margem consignável.

Ação de obrigação fazer c.c. repetição de indébito e indenização por danos morais - Instrução Normativa INSS/PRES. nº 28/2008 Banco réu que comprovou a solicitação formal dos empréstimos mediante a utilização dos cartões de crédito, nos termos de seu art. 15, I Encargos discriminados no instrumento firmado pela autora, tendo sido consignado, no extrato juntado por ela com a inicial, o número de parcelas de cada empréstimo que contraiu Operação financeira que não padece de irregularidade - Improcedência da ação mantida Apelo da autora desprovido.

No recurso especial (e-STJ fls. 196/211), com fundamento no art. 105, III, "a" e

"c", da CF, a recorrente apontou negativa de vigência dos arts. 39 e 51 do CDC, reputando violados os princípios da boa-fé e da transparência nas relações de consumo. Nesse contexto, argumentou que (e-STJ fl. 232):

[...] deveria ter sido declarado o vício constante no contrato, uma vez que é vedado ao fornecedor praticar condutas abusivas prevalecendo-se da idade do consumidor; nota-se excelência que o Autor é aposentado vive de maneira simples e da maneira ao qual foi oferecido o contrato ao mesmo, este foi completamente abusado por sua simplicidade, sendo ludibriado a cerca da movimentação financeira que estava sendo realizada.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 250/257).

No agravo (e-STJ fls. 262/269), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 272/276).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem consignou que o Banco recorrido demonstrou que a recorrente firmou o contrato de "Solicitação de Adesão e Reserva de Margem no Cartão de Crédito Consignado", bem como comprovou que a autora, ora agravante, efetuou dois saques de valores que foram disponibilizados na conta-corrente de sua titularidade. Ademais, afirmou a clareza do contrato, concluindo que a agravante fez vários empréstimos consignados em seu benefício previdenciário, evidenciando, assim, que tinha o pleno conhecimento para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito com reserva de margem consignável. Confira-se (e-STJ fls. 205/212):

2.2. No que tange ao cerne da demanda, igualmente, não assiste razão à autora.

Ainda que a ação verse sobre consumo e seja a autora hipossuficiente, não se mostrou verossímil a alegação de que ela apenas contratou com o banco réu empréstimo consignado padrão, não tendo aderido a cartão de crédito consignado com reserva de margem consignável RCM (fls. 2/3).

O banco réu, na fase de defesa (fls. 46/59), demonstrou que a autora contratou cartão de crédito consignado, com autorização de desconto em seu benefício previdenciário.

Para tanto, a instituição financeira juntou o "Comprovante de Contratação de Cartão de Crédito Consignado" (fl. 93), no qual está assinalado que:

"Pelo presente, autorizo, de forma irrevogável e irretratável, que o banco:

- promova, junto ao INSS, a reserva da margem consignável dos meus vencimentos até o limite legal.
- proceda ao desconto mensal em meu benefício previdenciário, em favor do banco, para o pagamento parcial ou integral da fatura mensal do cartão de crédito certo consignado MB ora contratado, até o limite da consignação" (fl. 93).

O referido instrumento é claro sobre o seu objeto (fl. 93), bem como sobre a autorização para o desconto no benefício previdenciário da autora (fls. 94, 98), tendo as taxas mensal e anual de juros aplicáveis ao saldo devedor financiado sido informadas nas duas "Autorizações de Saque de Cartão de Crédito Consignado" (fls. 94, 98).

O banco réu também comprovou que os dois saques, cada qual no valor de R\$ 1.100,00, efetuados com o cartão de crédito consignado, respectivamente, em 13.5.2016 e 18.7.2016 (fls. 94, 98), foram disponibilizados na conta corrente de titularidade da autora,

nº 01-032563-2, agência nº 0267 da mesma instituição financeira (fl. 93), via transferência bancária (fls. 96, 100), fato, por sinal, não negado por ela.

Tendo a autora admitido o crédito em seu proveito dos valores emprestados pelo banco réu via cartão de crédito consignado, mostra-se inviável o reconhecimento de serem indevidos os descontos efetuados a título de cartão de crédito consignado dentro da reserva de margem consignável.

Aliás, o art. 6º, § 5º, da Lei Federal nº 10.820, de 17.12.2003, com a redação dada pela Lei Federal nº 13.172, de 21.10.2015, permitiu a liberação de 5% da margem consignável para uso exclusivo de cartão de crédito.

2.3. Ademais, não ficou demonstrada prática abusiva por parte do banco réu, diversamente do alegado nas razões recursais (fl. 172).

Os saques que originaram os descontos da reserva de margem consignável no benefício previdenciário da autora foram realizados em 13.5.2016 e 17.8.2016 (fls. 94, 98), havendo ela os questionado somente em 24.7.2017, quando ajuizou esta ação (fl. 1).

A idade, inexperiência ou hipossuficiência do consumidor (fl. 161), por si só, não é suficiente para presumir a existência de vício de consentimento, já que tal condição não lhe retira a capacidade ou a higidez mental.

O extrato emitido pelo INSS revelou que a autora fez inúmeros empréstimos consignados (fls. 31/32), a evidenciar que ela tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito consignado.

[...]

2.5. Diversamente do defendido pela autora nas razões recursais (fl. 160), não houve violação à Instrução Normativa nº 28, de 16.5.2008, publicada no DOU de 19.5.2008, expedida pelo Presidente do INSS, que estabelece "critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social".

Primeiramente, porque o banco réu comprovou a solicitação formal pela autora de empréstimo mediante a utilização do cartão de crédito (fl. 93), nos termos do art. 15, inciso I, da citada Instrução Normativa.

Segundo, porque os encargos foram discriminados no instrumento firmado pela autora (fls. 93, 94, 98), tendo sido consignado, no extrato juntado por ela com a inicial, o número de parcelas de cada empréstimo que contraiu (fl. 31). Não padece de irregularidade, destarte, a aludida operação financeira.

2.6. Em suma, não atestado vício de consentimento, a adesão pela autora a cartão de crédito com reserva de margem consignável de 5% de seu benefício previdenciário, com amparo no citado art. 6º, § 5º, da Lei Federal nº 10.820, de 17.12.2003, legitimou o decreto de improcedência da ação em exame (fl. 167).

3. Nessas condições, nego provimento à apelação contraposta, mantendo a sentença impugnada (fls. 147/151).

Além disso, para reformar o acórdão a fim de reconhecer a falta de transparência e a presença de irregularidades no contrato firmado entre as partes, seria necessário reexaminar o contrato, bem como os fatos e as provas, procedimento vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Por fim, quanto ao dissídio jurisprudencial, esta Corte de Justiça tem entendimento de que a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede seu exame, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual se deu solução à causa.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade

Superior Tribunal de Justiça

da justiça na instância de origem (e-STJ fl. 204), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator